

RECURSO ESPECIAL Nº 1.628.544 - SP (2016/0253409-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **CONDOMINIO MORADA DOS PASSAROS**
ADVOGADO : **BRUNO PUERTO CARLIN - SP194949**
RECORRIDO : **CONSTRUTORA PAULO MAURO LTDA**
ADVOGADOS : **EDMUNDO VASCONCELOS FILHO E OUTRO(S) - SP114886**
 VALÉRIA LEMOS NUNES VASCONCELOS - SP160239
AGRAVANTE : **CONSTRUTORA PAULO MAURO LTDA**
ADVOGADO : **EDMUNDO VASCONCELOS FILHO - SP114886**
AGRAVADO : **CONDOMINIO MORADA DOS PASSAROS**
ADVOGADO : **BRUNO PUERTO CARLIN - SP194949**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. PERDA DE OBJETO.

1. Ação monitória.
2. Ação ajuizada em 09/04/2008. Agravo em recurso especial concluso ao gabinete em 21/09/2016. Julgamento: CPC/73.
3. Instada a manifestar-se sobre o interesse no julgamento de seu recurso, a agravante indicou a sua perda de objeto, motivo pelo qual o seu agravo em recurso especial deve ser julgado prejudicado.
4. Agravo em recurso especial de CONSTRUTORA PAULO MAURO LTDA julgado prejudicado.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PENA PREVISTA NO ART. 940 DO CC/02. DEVOLUÇÃO EM DOBRO DE QUANTIA JÁ PAGA E INDEVIDAMENTE COBRADA. TERMO INICIAL. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.

1. Ação monitória.
2. Ação ajuizada em 09/04/2008. Agravo em recurso especial concluso ao gabinete em 21/09/2016. Julgamento: CPC/73.
3. O propósito recursal, a par de decidir acerca da ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, é dizer qual é o termo inicial de incidência de juros e correção monetária quando há condenação ao pagamento em dobro de dívida já paga (art. 940 do CC/02).
4. Não há que se falar em violação do art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua

apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

5. Na espécie, a construtora não tinha a possibilidade de satisfazer a obrigação pecuniária – na espécie, a sanção privada, prevista no art. 940 do CC/02, de pagamento em dobro de quantia cobrada e já paga – enquanto não fixada esta obrigação pelo Tribunal de origem. Portanto, são devidos os juros moratórios desde a data em que condenada a construtora à pena prevista no art. 940 do CC/02.

6. A correção monetária tem por objetivo exatamente a recomposição no tempo do valor da moeda em que se expressa determinada obrigação pecuniária. Logo, na presente hipótese, deve-se reconhecer que o termo inicial de sua incidência remonta à data em que se deu o ajuizamento da ação monitória, já que o valor, à época em que cobrado indevidamente – e que deverá ser restituído ao condomínio –, é que deve submeter-se à correção monetária.

13. Recurso especial de CONDOMINIO MORADA DOS PASSAROS conhecido e parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas constantes dos autos, por unanimidade, conhecer e dar parcial provimento ao recurso especial do Condomínio Morada dos Pássaros e julgar prejudicado o AREsp da Construtora Paulo Mauro Ltda, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora. Dr(a). BRUNO PUERTO CARLIN, pela parte RECORRENTE: CONDOMINIO MORADA DOS PASSAROS.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora